BOLETIM

PROEALC

Centro de Ciências Sociais / CCS – Janeiro-Fevereiro-Março de 2008 - ISSN 2175-9103 38

Boletim Número 38
Data: Janeiro-Fevereiro-Março/2008

EDITORIAL

O trigésimo oitavo número do Boletim PROEALC chega ao público trazendo importantes análises para a compreensão dos processos políticos em curso na região, principalmente no que tange as discussões sobre o livre comércio. Nesta edição os leitores e leitoras encontrarão, também, um apanhado de artigos que ilustram alguns dos fatos mais significativos ocorridos na América Latina, neste segundo trimestre de 2008.

A primeira matéria da coluna "Em Foco" é uma análise do liberalismo realizada pelo professor François Chesnais. O texto prima por uma análise histórica do tema, enfatizando o processo internalização ideológica do liberalismo, que o autor chama de "conquista dos espíritos" e sua relação direta com o desenvolvimento do capitalismo. Continuando na mesma coluna, podemos visualizar os efeitos perversos do liberalismo, em sua atual versão reeditada, através do texto da jornalista Anne Vigna, que trata dos protestos do povo mexicano no 14° aniversário do Acordo de Livre-comércio Norte-americano (Nafta), estabelecido entre Canadá, México e Estados Unidos.

Na coluna "Espaço Aberto", são apresentados quatro artigos de teor crítico sobre assuntos variados da atualidade. No primeiro, o bolsista Ítalo Pires trata da reedição de pesquisas que buscam delinear traços biológicos de indivíduos propensos à criminalidade, utilizando-se de novas tecnologias, mas que ainda servem para justificar práticas discriminatórias de "contenção" da violência nas grandes metrópoles. Logo após, o bolsista Renato dos Santos discorre sobre o significado falacioso da comemoração do 13 de maio no Brasil, quando ainda perdura fortemente o racismo na sociedade brasileira. No próximo artigo, a pergunta "reforma ou revolução?" é reeditada pelos bolsistas Rafael dos Santos e Renato dos Santos ao tratarem dos rumos do processo político boliviano, sob a presidência de Evo Morales. Por fim, a bolsista Maria Clara de Arruda realiza uma análise da postura predatória da mídia durante a cobertura do caso da morte de Isabela Nardone, enfatizando os interesses mercadológicos envolvidos na questão.

Desejamos boa leitura para todos e todas.

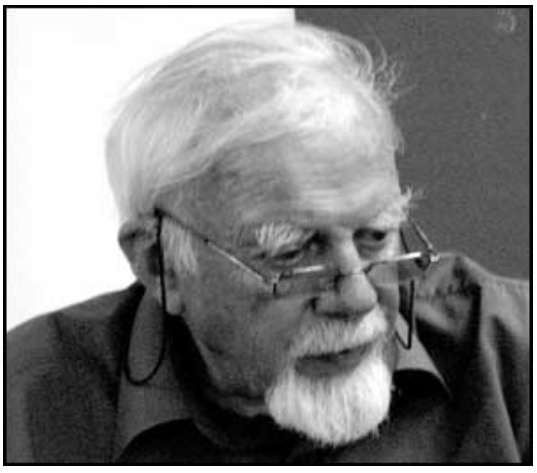
Saudações Acadêmicas,

Silene de Moraes Freire

Em Foco I

Apenas um liberalismo é possível*

O contínuo trabalho de conquista dos espíritos empreendido pelo liberalismo, que foi respaldado pelo poder político e fortificado à medida que o capitalismo ampliava sua empresa, conduziu à construção metódica de uma visão de homem cuja conduta se assenta sobre o interesse e a utilidade



***François Chesnais*[1]**

Para compreender as entranhas do liberalismo é preciso situá-lo na história e tomá-lo por inteiro. É isto que nos lembram dois livros publicados recentemente.

A obra de Christian Laval tem o feitio e as qualidades de uma pesquisa [1]. A de Jean-Claude Michéa é um ensaio [2]. Juntos, os dois autores revivem a construção metódica de uma visão de homem cuja conduta assenta- se sobre o interesse e a utilidade. O contínuo trabalho de conquista dos espíritos empreendido pelo liberalismo, que foi respaldado pelo poder político e fortificado à medida que o capitalismo ampliava sua empresa, conduziu ao que Laval chama de uma "mutação antropológica". Isso "fez o Ocidente passar de um estado em que a caridade cristã e a generosidade eram normas ideais de relação com o outro" para uma nova ordem na qual "o universo social é regido pela preferência que cada um dá a si mesmo, pelo interesse que anima o ser humano a manter relações com o próximo e até pela utilidade que ele representa para todos". Dessa forma, não pode haver, de um lado, um "bom" liberalismo político e cultural, e, de outro, um "mau" liberalismo econômico. "O mundo sem alma do capitalismo contemporâneo", escreve Michéa, constitui "a única forma histórica sob a qual a doutrina liberal poderia realizar-se efetivamente". E esse seria "o liberalismo que existe de fato". Em vão e de forma desonesta afirma-se que há um "ultraliberalismo" que poderia ser corrigido de seus "excessos".

Combinando a história da emergência das idéias liberais na filosofia política e na filosofia moral com a história dos fatos econômicos, Laval traça a trajetória de uma construção ideológica longuíssima e dá continuidade à caminhada de Marx e Weber. O autor começa seu percurso nos primeiros textos que fundam uma ética capitalista isolada de qualquer consideração moral ou religiosa nas cidades mercantis italianas dos séculos 14 e 15 e chega até o utilitarismo plenamente acabado de Jeremy Bentham no século 19. A atenção está concentrada no papel de autores com nomes familiares: La Rochefoucauld, Hobbes, Locke, Hume, Montesquieu, Condillac e Adam Smith. Mas Laval cita, também, outros menos notados, como do jansenista Pierre Nicole, ou aqueles mais conhecidos, porém pouco lidos, como Mandeville, William Petty e Daniel Defoe. Como pensar um "outro mundo possível" se ainda não foram estabelecidos os papéis fundadores do interesse e da utilidade na dominação ideológica neoliberal? Ou, pior ainda, como assumir uma nova sociedade se nós compartilhamos os pressupostos da atual, como demonstra nossa atitude complacente face ao individualismo contemporâneo? – questiona Laval. Michéa é taxativo em seu julgamento: "se o homem não é egoísta por natureza, a armação jurídica e mercantil da humanidade criou, dia após dia, o contexto cultural ideal que permitirá ao egoísmo tornar-se a forma habitual do comportamento humano".

Michéa remonta a um passado menos longínquo que o de Laval. Ele também empresta aos pensadores do liberalismo intenções iniciais louváveis, como a resposta dada às guerras de religião dos séculos 16 e 17. Aqui os marcos intelectuais são Emery de Lacroix e, é claro, Hobbes e Smith. Depois, destacaram-se, na França, Benjamin Constant e seus discípulos, como o economista Bastiat. Tanto entre os ingleses como entre os franceses, o objetivo era criar a paz civil, transferindo para o mercado [3] as soluções de salvação e felicidade dos indivíduos, que vinham então da religião ou do Estado.

Há um momento em que o liberalismo apresentou-se como "o império do mal menor", mas que durou apenas algum tempo. Uma vez que "o sistema capitalista historicamente constituído" pôde "se desenvolver sobre a base de suas próprias leis" ou pressupostos, o liberalismo sucumbiu, por sua vez, ao mal que os pensadores liberais haviam denunciado: querer "organizar cientificamente a humanidade".

Milton Friedman e a escola de Chicago são um exemplo típico da política liberal no que ela tem "de essencialmente deliberado e experimental". A volta completa se produziu com a teoria do "fim da história" formulada por Francis Fukuyama após a queda da URSS. Fukuyama anunciou, e deseja ardentemente, as "novas descobertas científicas que, por sua própria essência, abolirão a humanidade como tal. (….) Então começará uma nova história para além do humano" [4].

Como fazer para que não cheguemos "até o fim do processo de desagregação social"? – questiona Laval. Michéa dirige-se aos "partidários da humanidade": o tempo está contado no que diz respeito à mutação antropológica do homem e à destruição da natureza. Citando Jean-Pierre Dupuy, o anúncio da catástrofe possível não pretende "dizer o que será o futuro, mas simplesmente o que ele poderá ser se não tomarmos cuidado" [5]. É a partir daí que começa a ação.

*Publicado em 15 de fevereiro de 2008, no site Le Monde Diplomatique.

[1] Professor titular de Ciências Econômicas na Universidade Paris-XIII- Villetaneuse

Em Foco II

Triste balanço do "livre" comércio*

Anne Vigna[1]

Num caso emblemático da crise alimentar no planeta, a alta dos preços desencadeia protestos no México, obriga o governo a subsidiar a importação e desequilibra a balança comercial. Em 14 anos, Nafta devastou a economia e obrigou milhões de empobrecidos a deixar o país

Noite de reiveillon no México. Sob uma enorme faixa com os dizeres Sin maíz no hay país ("sem milho não há país"), milhares de lavradores formaram uma corrente humana em Ciudad Juárez, na fronteira com os Estados Unidos. Era o 14° aniversário do Acordo de Livre-comércio Norte-americano (Nafta), estabelecido em 1° de janeiro de 1994 entre Canadá, México e Estados Unidos. Os camponeses protestavam contra a liberalização total da agricultura, que entraria em vigor justamente no início de 2008, e exigiam a renegociação do tratado. A mobilização, porém, de nada adiantou. Naquele dia, as importações de milho, feijão, açúcar e leite em pó, produtos básicos da alimentação dos mexicanos, deixaram de ser tributadas.

As organizações camponesas consideram o acordo um caminho sem volta: "dois milhões de hectares deixaram de ser cultivados, dois milhões de empregos agrícolas foram extintos e oito milhões de agricultores mexicanos viram-se obrigados a emigrar para os Estados Unidos", resumiu Víctor Suárez, diretor da Associação das Empresas Comerciais Rurais. Essa mesma realidade foi assim expressa pela pesquisadora americana Laura Carsen: "a cada hora, o México importa 1,5 milhão de dólares em alimentos e, nesse mesmo espaço de tempo, trinta agricultores mexicanos entram nos Estados Unidos [1]".

A concorrência dos produtos agrícolas serviu para agravar as já imensas desigualdades entre os dois países. Carlos Salazar, representante dos produtores de milho mexicanos, explica: "nós cultivamos 27 milhões de hectares; os Estados Unidos [2],179 milhões. Os subsídios à produção são de 700 dólares para o agricultor mexicano e de 21 mil dólares para o fazendeiro norte-americano. O rendimento é de 8,4 toneladas por hectare nos Estados Unidos e de 7,2 toneladas no Canadá, contra 2,5 toneladas no México".

Com esses dados, é possível calcular que o prejuízo da abertura total das fronteiras atinja 1,5 milhão de pequenos agricultores mexicanos. Mas, apesar do dramático cenário vislumbrado, uma renegociação do setor agrícola do Nafta não está na agenda, mesmo sendo viável juridicamente. Para Alberto Cárdenas, ministro da Agricultura, "o 1º de janeiro de 2008 não alterará muita coisa: 90% do milho já entram livres de impostos no país e o mercado internacional de cereais está em alta constante, com a demanda por etanol. Nós vamos aumentar a produção nos próximos anos, porque ela voltou a ser rentável" [3].

A partir de 1994, o país triplica a importação de cereais. Agora, depende do trigo, arroz e até milho, prato nacional

Claro, cabe ao ministro tranqüilizar não só os agricultores como também os consumidores. Há exatamente um ano, a "crise da tortilla", o alimento básico da população, reacendeu a polêmica sobre a dependência do país em relação ao milho norte-americano. O aumento incessante do preço do produto, em 2006, por pouco não resultou numa crise social de grande envergadura: a utilização cada vez mais freqüente do produto para a fabricação de etanol resultou na elevação dos preços e na redução do abastecimento com fins alimentares. A situação chegou a um limite no início de 2007, quando dezenas de passeatas, repletas de mulheres batucando em suas panelas vazias, obrigaram o governo a comprar 600 mil toneladas suplementares de milho branco norte-americano, criar um fundo de emergência e tabelar o preço do produto.

O balanço final é que, de lá 1994 para cá, o México triplicou a importação de cereais. Dela dependem 40% de suas necessidades alimentares: 60% do arroz, 50% do trigo, 23% do milho e a quase toda a soja. "Atualmente, somos obrigados a importar produtos básicos, sejam quais forem os preços do mercado", lamenta Armando Bartra, diretor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Rural. O país gasta nisso mais de um terço das divisas obtidas com a exportação do petróleo [4].

Até mesmo o Banco Mundial reconheceu a crise da agricultura mexicana: o setor primário foi considerado o grande perdedor do Nafta. Os pesquisadores trataram de matizar essa constatação, alegando que as cláusulas agrícolas do tratado não tinham sido respeitadas por nenhum dos dois lados. Caso contrário, dizem, as conseqüências teriam sido bem menos drásticas.

Os EUA restringem a importação e praticam dumping. O México reduz a ajuda aos agricultores

O governo do México admite, efetivamente, que "sacrificou" a agricultura nas negociações. Foi uma opção criminosa, se considerarmos que mais de um terço da população era rural, em 1994. Nenhuma das medidas de proteção previstas para os primeiros catorze anos funcionou, no que diz respeito aos produtos sensíveis, entre os quais o milho. De modo que, a partir de 1996, o país adotou unilateralmente a entrada massiva da produção norte-americana, acima das cotas autorizadas e isentas de impostos. Outro exemplo de violação das cláusulas do tratado: em 2001, o então presidente mexicano Vicente Fox (ex-presidente da divisão Américas da Coca-Cola Company) apoiou a importação de frutose oriunda do milho transgênico norte-americano e utilizada na indústria de bebidas, em vez de favorecer a cana-de-açúcar mexicana, que passava por dificuldades.

Em compensação, do lado norte-americano, os poderes legislativo e executivo empenharam-se em impor uma série de embargos aos produtos mexicanos, infringindo os acordos e suas próprias leis. Os produtores de tomate de Sinaloa tiveram que lutar por quatro anos até obterem autorização para exportar para os Estados Unidos, que "protegiam" os agricultores da Flórida. Atualmente, é o cultivo de abacate de Michoacán que enfrenta as "normas sanitárias", instauradas unicamente para conter a concorrência do Sul.

Como se não bastasse, o governo do México ainda suspendeu a maioria dos programas de ajuda ao campo: segundo a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o apoio aos produtores passou de 28% da receita agrícola entre 1991 e 1993, para 14% em 2007 [5], sendo que os principais beneficiados foram os grandes empresários. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos redobraram os incentivos à exportação, particularmente os subsídios.

O Instituto para Agricultura e Política Comercial (IATP), um centro de pesquisas sobre o impacto da liberalização sobre o mundo rural sediado nos EUA, estudou, a partir de cinco produtos, o dumping norte-americano desde o estabelecimento do Nafta [6]. O trigo foi vendido 43% abaixo do custo real; a soja, 25%; o milho, 13%; o arroz, 35%; e o algodão, 61%. Em 2002, a Farm Bill, lei de política agrícola norte-americana, votada de cinco em cinco anos, foi veementemente denunciada pelas organizações agrícolas mexicanas: só no caso do milho, os subsídios eram dez vezes superiores ao orçamento total da agricultura de seu país. E o investimento persiste, mesmo sabendo que (como recorda Timothy Wise, pesquisador do Instituto para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente da Tufts University), "em termos ambientais, o abandono do milho mexicano não representa nenhuma vantagem para os norte-americanos. Sua produção é uma das que mais polui e consome água e nos Estados Unidos, embora se desenvolva em locais com precipitações limitadas. Ou seja, requer uma irrigação que chegará a níveis insustentáveis" [7].

Há uma década, a economia está estagnada. Crescem os grandes negócios, muitas vezes norte-americanos
Reagindo às críticas, o ministério da Agricultura mexicano forneceu outros dados. Lembrou que, entre 1994 e 2007, a produção aumentou, passando de 18,2 milhões de toneladas para 23,7 milhões de toneladas: "o Nafta abriu um mercado de 430 milhões de consumidores e o México passou a ser o principal fornecedor de frutas e legumes dos Estados Unidos" [8].

Trata-se dos chamados "poucos ganhadores do Nafta": são os latifúndios do norte do país, que geralmente pertencem à sociedades norte-americanas e onde os lavradores trabalham nas piores condições. A riqueza agrícola concentra-se nas mãos de 3% dos produtores. Pouco importa para o governo que, entre 1995 e 2004, o Produto Interno Bruto (PIB) agrícola mexicano tenha tido um crescimento anual de 1,9%, bem inferior ao do resto da América Latina. Nada mais decepcionante para um grande país, com mais de 100 milhões de habitantes.

O ministério da Economia relativiza. De acordo com ele, por si mesmos, os resultados agrícolas não permitem julgar a relação comercial Estados Unidos-México. "Nós só temos a ganhar procurando a integração com a América do Norte. Outros setores são mais importantes hoje para a nossa economia. E, globalmente, o balanço do Nafta é muito positivo", declarou James Salazar Salinas, subdiretor do serviço de "negociações

comerciais" do ministério. Para os seus defensores, o Nafta teria cumprido sua missão, ao aumentar consideravelmente as trocas entre os parceiros.

De fato, comércio bilateral entre mexicanos e americanos cresce, em média, mais de 10% ao ano. O México passou a ser o terceiro parceiro comercial dos Estados Unidos e o segundo mercado para seus produtos. O intercâmbio com o Canadá mais do que dobrou, ainda que continue modesto em volume. O tratado também possibilitou aumentar muito o investimento direto estrangeiro (IDE). Entre 1994 e 2006, as empresas dos EUA injetaram 120 bilhões de dólares no México, mais de 60% dos investimentos totais realizados no país.

Dos 730 mil mexicanos que entram no mercado de trabalho anualmente, apenas 80 mil conseguem vagas

Mas os números brutos não revelam a realidade vivida pela população: o "sucesso" do Nafta não criou os empregos esperados. Apenas 80 mil dos 730 mil mexicanos que entram no mercado de trabalho anualmente conseguem vagas [9]. Além disso, os novos postos são abertos principalmente nas maquiladoras, fábricas que se restringem a montar componentes importados dos Estados Unidos e reexportá-los de volta. "A teoria liberal clássica, segundo a qual a abertura comercial amplia a oferta de empregos nos países com mão-de-obra abundante, está redondamente equivocada", avalia Sandra Polaski, pesquisadora do Carnegie Endowment for International Peace [10].

Surgidas na década de 1960, as maquiladoras desenvolveram-se muito com o Nafta. No entanto, a importação de material isento de tributos rapidamente reduziu o efeito indireto que o setor podia ter gerado na economia nacional e, particularmente, no emprego. "Atualmente, as maquiladoras importam 97% do que usam", constata Polaski. "E esse modelo se reproduz no setor industrial clássico, cuja produção depende muito de componentes importados que, até 1994, eram fornecidos pelos fabricantes mexicanos".

Tal sistema fragilizou as finanças do México, obrigando-o a cortar os gastos sociais e demandar mais receita do petróleo, para equilibrar o orçamento. Afinal, explica Enrique Peter Dussel, doutor em economia pela Universidade do México (UNAM), "a importação de produtos de alto valor agregado faz com que a balança comercial com os Estados Unidos seja deficitária. Continuará sendo, inclusive em 2008, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI)".

O pior de tudo é que até mesmo as maquiladoras vêm perdendo força no mercado interno mexicano. O Banco Mundial (Bird) calcula que "os benefícios que o México pôde tirar do Nafta se esgotaram" e que "o declínio do emprego no setor vai se acentuar". È um modo de dizer que outros países emergentes ganharam a disputa da produtividade.

De acordo com o Bird, os salários mexicanos são quatro vezes mais elevados que os chineses, por exemplo. Exatamente por isso, o México foi o último país a aceitar as condições de ingresso da China na OMC, em 2001. E com razão: essa adesão ocasionou uma concorrência feroz para os setores-chaves de sua economia de exportação, tais como o automobilístico, o têxtil e o eletrônico. Desde 2003, Pequim é a segunda maior exportadora para os Estados Unidos, à frente dos mexicanos.

Entre 1980 a 1994, a migração se expandiu 95%; de 1994 a 2006, aumentou nada menos que 452%

Decorrência disso, a desigualdade não pára de crescer nos países que integram o Nafta, especialmente no México. Em comparação com o período anterior (1984-1994), 90% das famílias mexicanas viram sua renda cair ou estagnar. Para sobreviver, metade da população ativa extrai uma receita complementar de um emprego informal, e um terço depende também do auxílio financeiro dos parentes emigrados, as famosas remesas. Em 1995, elas representaram 3,6 bilhões de dólares; em 2006, foram 23 bilhões de dólares [11]. E, no entanto, segundo os promotores do Nafta, a emigração deveria ser contida. O argumento remonta a 1993, quando a procuradora-geral dos Estados Unidos, Janet Reno, afirmou: "nós só reduziremos os fluxos migratórios no dia em que esses imigrantes encontrarem um trabalho decente em seu país, e o tratado vai criar empregos". A realidade foi bem diferente dessa utopia: de 1980 a 1994 a migração se expandiu 95% e de 1994 a 2006 aumentou nada menos que 452% [12].

Sem dúvida, o México mudou muito. Principalmente se comparamos a nação de hoje à do início século 20, quando Emiliano Zapata e outros camponeses empreenderam uma revolução que limitou, e até mesmo proibiu, os investimentos estrangeiros, principalmente agropecuários. A Constituição aprovada então foi

respeitada por muitos anos. Mas com o Nafta, tudo mudou. Uma empresa estrangeira pode ser dona de até 100% do capital de uma infra-estrutura mexicana. E o "Nafta-Plus", assim denominado pela imprensa, deve se revelar ainda mais radical. Seu nome exato é Parceria Norte-americana para a Segurança e a Prosperidade (PSP), iniciativa lançada oficialmente por ocasião da Cúpula de Waco, no Texas, em 23 de março de 2005. Assinaram o pacto George W. Bush (Estados Unidos), Vicente Fox (México) e Paul Martin (Canadá).

Os três dirigentes aderiram de corpo e alma às recomendações de um grupo de trabalho batizado "The Independent Task Force on the Future of North America", constituído pelo Conselho Canadense dos Chefes de Empresas, o Conselho para Relações Exteriores dos EUA e o Conselho de Assuntos Internacionais mexicano. Sob esses três acrônimos figuravam exclusivamente empresas [13]. Seu relatório, intitulado "Construir uma comunidade norte-americana", propunha 39 recomendações destinadas a "estabelecer um espaço econômico único e seguro".

Quando da segunda Cúpula, em março de 2006, em Cancún (México), criou-se oficialmente o Conselho Norte-americano da Competitividade (CNAC), composto de trinta homens de negócios, dez por país. A razão de ser dele, conforme nota divulgada à imprensa, era "estabelecer as prioridades do PSP e pilotar o processo de integração profunda". Em seu último relatório [14], o CNAC promete mundos e fundos com inflexões que lembram as de 1994 sobre as vantagens do Nafta: "O PSP é ao mesmo tempo estratégico e realista. Tem por princípio fundamental contribuir para aperfeiçoar o funcionamento das economias dos três países, melhorando, simultaneamente, a segurança e a qualidade de vida em toda a América do Norte". Como as empresas pretendiam fazer isso? Elas enxergaram dois meios: "fronteiras seguras e transparentes no seio da América do Norte, assim como acesso confiável a uma energia rentável".

A liberdade de circulação dizia respeito unicamente aos recursos naturais. Especificamente sobre a energia, o CNAC advogava a abertura do mercado do gás e do petróleo. Aconselhava os mexicanos a privatizarem parcialmente a Pemex, a petroleira estatal, e dividi-la, dissociando as atividades ligadas ao gás natural. O CNAC já tinha até um nome para a nova empresa: Gasmex.

A proposta surtiu algum efeito e em julho de 2007, o atual presidente, Felipe Calderón, anunciou o "Programa Nacional de Infra-estrutura 2008-2012" nos seguintes termos: "o objetivo é transformar o México numa das principais plataformas logísticas mundiais, aproveitando nossas vantagens geográficas e comerciais". Agora, o Congresso vai discutir um projeto de reforma constitucional visando abrir o capital da Pemex. A política continua a mesma. E a desigualdade cresce a cada dia. Como melhorar a qualidade de vida em toda a América do Norte? Bastaria perguntar aos agricultores mexicanos, eles sabem a resposta.

[1] Artigo publicado em 21 de abril de 2008 no site "Le Monde Diplomatique"
*Anne Vigna é jornalista

Espaço Aberto

Lombroso não morreu, foi ao inferno e voltou

Ítalo Pires Aguiar*

A famosa revista eletrônica chamada "Fantástico" no dia 27 de janeiro apresentou a polêmica sobre pesquisadores da PUC-RS, que ingenuamente querem "conhecer um pouco melhor como a estrutura cerebral pode, eventualmente, estar envolvida em processos que geram violência", a fim de verificar se a velha suspeita "de que os homicidas têm partes do cérebro atrofiadas" é verdadeira.

Em sentido contrário psicólogos, educadores, advogados, enfim, essa corja que vive falando em Direitos Humanos, escreveram agressivo manifesto contra os paladinos da ciência, acusando eles de serem nada mais que legitimadores das "velhas práticas de extermínio e exclusão".

Não se engane com o tom jocoso dos primeiros parágrafos, esse pequeno texto é contra a nada nobre iniciativa dos médicos gaúchos. Colaboramos coma tese de que a revitalização das pesquisas italianas do século XIX, que fundamentaram diretamente as atrocidades nazistas, guardadas as devidas atualizações, se antes Lombroso media o crânio, hoje ele usa ressonância magnética, nada mais é que um instrumento viciado para legitimação de práticas excludentes e exterminadoras vigentes em todos os grandes conglomerados urbanos, onde a questão da violência parece ser mais latente.

Os instrumentos de pesquisa se modernizaram, todavia, o objeto continua o mesmo, pois os pesquisados serão 50 jovens infratores que cumpre medida de segurança na antiga FEBEM.

Poderíamos elencar uma serie de argumentos contra a pesquisa, tal como de que o meio de pesquisa, em regra, supera seus objetivos, ou seja, por mais que a intenção seja a de medicar os tendenciosos ao crime, essa pesquisa resultará na categorização de indivíduos, ou seja, legitimará a exclusão social, característica nuclear do modelo de sociedade em que vivemos, mas a argumentação nesse sentido pode dar ao leitor a falsa impressão de que acreditamos em resultados imparciais. Portanto, buscaremos deslegitimar tal procedimento através da verificação de como os jovens chegaram ao estabelecimento de execução penal.

Não é preciso estudar a fundo a teoria criminológica do Labeling Aprouch, para verificar que a funcionalidade do sistema penal, desde a agência legislativa, passando pela policial, judiciária, e por fim, a de execução penal, é seletiva e estigmatizante, basta ter bom senso, qualidade rara em época de consenso.

Dentre a infinidade de pessoas que cometem delitos – pessoas de todas as raças, credos, situações sociais e sexo – apenas determinada parcela é alvo de processo de criminalização, sem querer entrar no mérito da criminalização secundária, onde o etiquetado assume o papel a ele imposto. São exatamente os marginalizados sociais as pessoas passíveis da atuação da criminalização primária, na realidade das grandes capitais brasileiras são pretos, pobres, ou moradores de comunidades carentes, eventualmente, um rico é preso para dar maior veracidade ao mito da imparcialidade.

Sendo assim, qualquer pesquisa que tenha como objeto indivíduos que previamente já sofreram rigorosa seleção está fadada ao fracasso, pois esses não representam os que cometem crimes bárbaros, até mesmo porque todos somos criminosos em potencial, basta estar vivo, mas tão somente os selecionados pelo sistema.

* Ítalo Pires Aguiar, graduando em Direito/UERJ e bolsista/pesquisador do PROEALC

O 13 de Maio Brasileiro e a Permanência do Fetiche da Abolição

Renato dos Santos*

Na comunidade humana não existem raças, todos sabemos. Mas o racismo existe, sabemos também. Como sabemos também, a forma como é tratado o negro, no Brasil principal vítima de tamanha injustiça. Se sabe, mais, que, aqui, os negros são os mais pobres exatamente porque são negros. Essa condição ainda é conseqüência do histórico “13 de maio”, quando a escravidão foi abolida sem nenhum projeto societário de inclusão do negro.. E, para reparar a perversidade das conseqüências históricas desse processo, lutamos na contemporaneidade pela adoção das chamadas “ações afirmativas”, entre as quais as políticas de “cotas” nas Universidades Públicas de nosso país.

Os opositores das ações afirmativas, hoje tão discutidas, costumam argumentar dizendo que elas são inconstitucionais por ferirem o princípio da igualdade expresso no art. 206 da Constituição Federal. E com relação à adoção de políticas de cotas nas universidades, outros argumentam com base na garantia da autonomia das universidades, assegurados pela Constituição de 1988 em seu art. 207.

Entretanto, é bom observar que, na elaboração de uma lei, um dos elementos principais a serem considerados é o aspecto social. As leis são feitas para organizar as condições de vida das pessoas dentro da sociedade e tornar possível a boa convivência. As prerrogativas legais concedidas às pessoas devem ser exercidas não apenas em proveito próprio mas também se levando em conta os interesses sociais. Assim, o estudante bem

formado tem todo o direito de ocupar sua vaga na melhor universidade, desde que essa ocupação não represente a exclusão de milhares de outros que não tiveram oportunidade de se formar nas mesmas condições. O princípio de ação afirmativa contido na política de cotas para negros nas universidades visa corrigir uma desigualdade mais do que comprovada cuja permanência vem se reproduzindo durante séculos.

Porém é importante (independente da prioridade pessoal que se dê a determinadas frentes da luta), conhecer (e de preferência mais que superficialmente) os problemas do eixo-comum e que como problemas-raiz estão na base ou se agregam os todos os outros... Uma sociedade marcada por relações sociais que se reproduzem através da alienação, onde se vive uma cordialidade, nos moldes de Gilberto Freyre, que camufla a descriminação e o preconceito através da reprodução do mito de uma democracia racial, acaba legitimando a anulação da participação do negro como cidadão, não permitindo ao indivíduo negro a possibilidade de usufruir de determinados espaços, fruto de uma herança colonial constantemente reproduzida na sociedade, onde a chibata reverte-se em embargos, expropriação cultural, exteriorização, entre outras conseqüências de um processo colonizador, exclusivista que se viveu e se revive cotidianamente no Brasil.

Hoje o Brasil comemorou mais um 13 de Maio. Esperamos que esse comemorar seja de fato estar junto com a memória, lembrando que essa data foi fruto de um processo político no nosso país em ascensão industrial às margens de uma insurreição por parte dos negros, Senhora Isabel assinou uma Lei no qual trouxe uma "liberdade" onde a preocupação com a vida dos "novos homens livres" não aconteceu. Pois bem, até quando continuaremos a ser um país do futuro que não resolve as questões presentes, até quando a ausência da pluralidade, dos direitos humanos e sociais será natural? Para que não esperemos mais, faz-se mister desvendar a abolição para buscar a emancipação capaz de extinguir a discriminação e o preconceito racial que reside sobretudo nas distinções de classe.

* Renato Cláudio dos Santos Júnior, graduando em Ciências Sociais/UERJ, bolsista/pesquisador do PROEALC

O 4 de Maio Boliviano e a Pergunta que não Cala Sobre os Rumos da Democracia

Rafael dos Santos e Renato dos Santos *

O referendo de 4 de maio 2008 convocado pelo departamento de Santa Cruz não expressa apenas o nível do tencionamento entre os atores envolvidos no cenário político boliviano, mas também traz à tona uma questão precisamente polêmica, que se resume nas perguntas seguem: quais seriam as possibilidades de avanços reais dentro dos marcos de uma democracia comprometida com o status quo de uma sociedade organizada pela divisão entre as classes? Como um governo legitimamente eleito e com amplo respaldo popular pode levar a cabo políticas que atendam as demandas por transformações de extensas parcelas da população em instâncias institucionais aparelhadas e organizadas pelos interesses das elites dirigentes desta mesma sociedade? Por fim, não havendo realmente no horizonte latino-americano uma conjuntura que sustente uma ruptura explosiva com a ordem vigente do sistema capitalista, é ainda factível acreditar numa agenda governamental progressista, especialmente na América Latina?

O presidente Evo Morales e sua base parlamentar de governo ao iniciar uma promessa de campanha que o elegeu em 2005 que estipula a aplicação de um imposto sobre as grandes fortunas do país, orientada para as áreas sociais, fez com que explodisse o momento mais crítico da correlação de forças na Bolívia. A elite de Santa Cruz demarcou qual seria o limite com o qual não estariam dispostas a negociar com o governo popular de Evo, organizou-se enquanto classe e exprimiu todos os significados que esta categoria analítica carrega consigo neste pedaço do planeta. Num misto entre racismo, preconceito de classe e uma forte herança oligárquica, a elite crucenha demonstrou inclusive a inexistência de qualquer compromisso com a estabilidade jurídica e institucional do país, preparou uma "pesquisa de opinião" – contando com a organização das elites locais, somadas ao capital estrangeiro e o apoio grande mídia boliviana, terminou por revestir-se de uma constitucionalidade fajuta. Lideradas por poucas centenas de famílias que monopolizam as riquezas do departamento advindas da exploração e investimento na área energética, inclusive maximizada pelas políticas do governo de Morales, estas disseram um "não" à taxação de seus acúmulos para uma subseqüente redistribuição e realocação em esferas sociais e um "sim" a uma reivindicação forjada por elas e para elas mesmas. Neste "referendo" autonomista o sim venceu com cerca de 85% dos votos. Contudo, vale ponderar que a abstenção chegou aos 40%. Vale frisar mais ainda que ao contrário do que se colocou, especialmente

na imprensa brasileira, o “sim” não ganhou na Bolívia. A nação boliviana não foi quem aprovou e sim o departamento de Santa Cruz a sua própria autonomia. Mas vale mesmo sempre lembrar que esta vitória tem pouca significância quantitativa, qualitativa e nenhum respaldo jurídico. Algo pouco comentado não ocasionalmente da mesma forma foi à resistência das periferias de Santa Cruz organizadas com relação a esta votação. Algo pouco comentado também foi a atuação da Juventude Crucenha. Organização radical de caráter étnico e de orientação de classe, violenta que ataca e atacou as camadas populares alinhadas ao MAS, ao governo de Morales e as questões dos movimentos sociais, especialmente nos momentos que antecederam e posteriores ao pleito.

Disso tudo o que se pode perceber é que efetivamente há uma defasagem entre uma classe dirigente, seus interesses e sua capacidade, apesar de todos os privilégios não só de ordem material, em conseguir manter um diálogo e entendimento com um processo político democrático que visa democratizar as riquezas de uma camada diminuta e favorecida com a grande maioria pauperizada do país mais pobre do continente sul-americano. Mesmo sem que este processo aponte concretamente para uma radicalização no sentido da propriedade em si.

Desta feita, reforma ou revolução? Uma reforma revolucionária? Uma revolução processual ou explosiva? O importante é não perder de vista que os homens e as representações que fazem de si mesmos, mediadas por sua relação com a realidade concreta e objetiva, é que ratificam ou retificam uma ordem dada.

* Rafael dos Santos, graduando em Ciências Sociais/UERJ, bolsista/pesquisador do PROEALC e Renato Cláudio dos Santos Júnior, graduando em Ciências Sociais/UERJ, bolsista/pesquisador do PROEALC.

A Mercantilização da Tragédia No Brasil

Maria Clara Arruda e Rafael Santos*

Na noite de sábado de 29 de março, uma menina morreu após cair do sexto andar de um prédio na zona norte de São Paulo. Quando o fato foi absorvido pelas máquinas de produzir notícias, o mesmo tornou-se alvo de comoção nacional, num misto entre uma mórbida curiosidade, horror e senso de justiça. A converção mercadológica da tragédia num evento midiático foi fiel da balança que conduziu a morte de Isabela Nardoni numa catarse coletiva que mobilizou a sociedade brasileira. O chamado “caso Isabela” ocupou todos os espaço na grande mídia nacional, com a participação dos especialistas das mais variadas áreas convocados para “esclarecer ao público” sobre os aspectos da morte de Isabela.

Contudo, segundo dados de diversas organizações que trabalham diretamente com a violência doméstica contra a criança, este tipo de situação é mais recorrente do que se possa imaginar. Claro que o fato disto ocorrer no Brasil não significa que deva ser naturalizado. Porém, porque o “caso Isabela” se tornou este fenômeno? Se sabemos, segundo dados do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA), que os pais são os principais agressores de crianças e adolescentes, sendo registrados desde 1999 até hoje 186.415 casos desta natureza – com alta incidência de mortes – quais seriam os motivos pelos quais se justificam a não intensa veiculação destas tragédias cotidianas?

Necessário se faz perceber que o intitulado caso “Isabella”,não possui a possibilidade de qualquer abordagem crítica que fomente uma discussão efetivamente de interesse público a respeito da violência contra crianças. A violência contida neste caso, por suas características, muito se assemelham a um folhetim. Trata-se de uma criança que tem o perfil exato de uma protagonista. É branca, bonita e extremamente simpática – de acordo com os padrões vigentes, frutos de uma sociedade divida em classes. Oriunda da classe média e ainda tem a “madrasta” entre os suspeitos. Tamanha espetacularização não permitiu uma politização a respeito do assunto, não produzindo um debate crítico efetivo em relação as bases sob as quais a sociedade brasileira está organizada. Podendo ser dessa forma ostensivamente acompanhado, noticiado e, pois é um caso esvaziado de sentido público. É e foi uma tragédia essencialmente particular. Ao contrário do que se tem vendido, uma tragédia sem qualquer universalidade – justamente porque suas causas e, especialmente, o tratamento jornalístico dispensado, não trata das condicionantes estruturais que produzem efetivamente em larga escala violências como essa. Não havendo assim um interesse público genuíno, digamos assim, e um

debate público, os motivos nos quais a imprensa nacional se alicerça para explorar em tal ordem a morte de uma criança está – mas não somente – nela mesma. Ou seja, em seus interesses particulares.

Há uma simbiose, um mosaico que explica ou aponta em certa medida a disposição das empresas de comunicação neste caso. Além e juntamente com seus interesses mercadológicos que as orientam, demandados pelos imperativos econômicos que a sustentam, existe uma dimensão cultural na produção das matérias relacionadas a morte desta criança. O lucro gerado com a espetacularização é um fato, mas a produção de uma "mais-valia" de ordem ideológica e que sedimentam de formas indiretas e por vezes diretas a lógica do capital. A edificação e consolidação de uma ideologia do medo, da desconfiança vêm a reboque da massiva noticiação dos desdobramentos do caso e da investigação do crime. A convicção de que não há garantias e que os riscos são diversos no relacionar-se com outro e que a solução para este problema passa por uma auto-reclusão, num universo particular, que é um pressuposto psicológico fundamental para efetivação do sistema capitalista.

Portanto, existe mais do que uma suposta comoção popular. Existe algo que não necessariamente é o interesse público. Ao mesmo tempo existe mais do que interesses financeiros por parte dos órgãos de mídia na exploração desta tragédia. Da mesma forma, não há apenas a necessidade política de se acobertar outros fatos e acontecimentos relevantes na sociedade brasileira. Há sim uma diversidade de dimensão que se contrapõe e que dialogam entre si, de maneira quase que esquizofrênica, mas que possuem uma instrumentalidade eficaz em todos os aspectos e sentidos que o tornaram mais do que é e menos do que deveria vir a ser.

* Maria Clara Arruda, graduanda em Serviço Social/Uerj e bolsista/pesquisadora do PROEALC e Rafael dos Santos, graduando em Ciências Sociais/UERJ, bolsista/pesquisador do PROEALC.

Expediente

Reitor
Profº Ricardo Vieiralves de Castro
Vice-reitora
Profº Maria Christina Paixão Maioli
Sub-reitora de Graduação
Profª Lená Medeiros de Menezes
Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron
Sub-reitoria de Extensão e Cultura
Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Domenico Mandarino
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Assistente Editorial
Aline Silveira de Assis (PROEALC/UERJ)
Coordenação de Produção
Andréia de Souza de Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Aline Silveira de Assis (PROEALC/UERJ)
Colaboradores
Ítalo Pires (FDIR/UERJ)
Maria Clara de Arruda (FSS/UERJ)
Rafael dos Santos (IFCH/UERJ)
Renato dos Santos (IFCH/UERJ)
Projeto Gráfico
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
Diagramação
Aline Silveira de Assis (PROEALC/UERJ)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidades dos autores